

Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX — elementos de nossa formação econômica e social

*Luiz Paulo Ferreira Nogueiról**

Doutorando em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Unicamp, Professor Assistente do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Resumo

O presente artigo estuda preços de escravos no século XIX, em duas regiões brasileiras, a partir de dados obtidos em inventários “post mortem” em Sabará, Minas Gerais, e em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As comarcas em questão caracterizavam-se pela produção de bens nem sempre exportáveis e pelo predomínio de pequenos proprietários de escravos. Procura-se, por meio de alguns testes estatísticos, verificar a existência de um mercado regional de escravos a uni-las, assim como indicar elementos da dinâmica econômica de cada uma a partir de elementos da demografia escrava.

Palavras-Chave

Preços de escravos; Minas Gerais; Rio Grande do Sul.

* O autor agradece à Capes pela bolsa de mestrado e à FAPESP pela de doutorado. Agradece, ainda, ao Museu do Ouro, em Sabará (MG), e ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, instituições públicas sem as quais a coleta de dados e todo o processo de pesquisa seria impossível. Agradece ao Professor Doutor Luis Felipe de Alencastro, então no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e atualmente na França, e aos Professores Doutores João Antônio de Paula, da Universidade Federal de Minas Gerais, e José Jóbson de A. Arruda, também do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, pelas orientações prestadas. É óbvio que não são eles, professores e instituições, os responsáveis pelos equívocos eventualmente cometidos, mas pelos méritos que este artigo contém.

Abstract

The article presents some studies about slaves' prices, in two Brazilian regions, from notarial documents made in 19th Century: Sabará, in Minas Gerais Province, and Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul Province. Both regions were characterized by non-exported productions of commodities using little slaves' chattels. Some statistical tests are made to verify the existence of a slaves' regional market unifying them and to comprehend the economic regional dynamic by the use of demographic data.

1 - Introdução

Recentemente, a historiografia econômica nacional tem sido beneficiada pela produção acadêmica de historiadores como João Luís Fragoso e Manoel Florentino da Universidade Federal Fluminense. Juntamente com a de outros autores do Rio de Janeiro, tal produção vem sendo conhecida como a da **Escola do Rio**, que questiona alguns postulados importantes da historiografia de mais longa data, em especial as afirmações em torno da rigidez do Exclusivo Metropolitano e suas conseqüências, isto é, a impossibilidade de realização de acumulações internas e a dependência das economias colonial e imperial em relação aos centros consumidores das mercadorias que eram exportadas. Ainda um postulado relevante, mas que não é questionado somente por essa escola, diz respeito às características do tráfico de escravos para o Brasil. Tem-se demonstrado que muitos dos traficantes eram residentes, não se aplicando, ao caso brasileiro, o “esquema” elaborado por Eric Williams, denominado comércio triangular, que resumia as relações econômicas entre o Caribe, a Inglaterra e a África.

Este artigo pretende fazer a crítica de alguns dos questionamentos apresentados pela Escola do Rio e demonstrar que os mercados de escravos presentes em regiões marginais da economia brasileira do século XIX, como Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Sabará, em Minas Gerais¹, eram influenciados pelos preços do café, apontando para a condição periférica do Brasil, adquirida com a Independência, e para a integração econômica do território nacional por meio do tráfico de escravos.

A escolha de Porto Alegre e Sabará justifica-se tendo em vista serem elas praças mercantis com razoável distância geográfica entre si, mas com grande proximidade social: compartilhavam a produção de mercadorias não exportáveis por meio de escravos e de trabalhadores livres e integravam-se a um mercado nacional em formação, fundamental para a manutenção da integridade territorial do País ao longo do século XIX.

¹ Os dados empregados para a análise dos mercados de escravos de Sabará e de Porto Alegre foram obtidos por meio das pesquisas que levamos a efeito tendo em vista as redações de nossa dissertação de mestrado e de nossa tese de doutorado. Para tanto, foram lidos 633 inventários *post mortem* da Comarca de Nossa Senhora da Conceição de Sabará e 364 da Comarca de Porto Alegre, confeccionados entre 1800 e 1887.

2 - Sociedades coloniais e escravidão no Novo Mundo

No Novo Mundo, à exceção de poucas áreas, como o norte dos Estados Unidos e o Canadá, predominou, desde que algum processo de colonização tenha sido efetivamente empreendido, o trabalho compulsório. Neste se incluem a escravidão africana, as diferentes formas de exploração do trabalho indígena na América Hispânica e na Portuguesa e mesmo, como em algumas ilhas do Caribe, a servidão temporária de europeus e, mais raramente, de orientais. O trabalho livre só virá a apresentar-se como relação de produção predominante e em expansão nos séculos XIX e XX (Genovese, 1988).

No caso brasileiro, o apego à escravidão foi evidente. Sendo o território onde praticamente a introduzem nas Américas, é o que mais tardiamente dela se desfaz, ainda assim sob forte pressão militar britânica, no caso da extinção do tráfico transatlântico de escravos, e evidente apoio norte-americano e britânico, no caso do abolicionismo. Pode-se dizer, como fez Conrad (1972), que a escravidão contava com efetivo apoio social no Brasil, sendo explicável a resistência de grande parte da sociedade brasileira, acostumada que estava com aquela ordem social e temerosa do que pudesse resultar da eliminação de um de seus fundamentos.²

Para ilustrar tal apoio à escravidão, declinante ao longo do século XIX, basta verificar o percentual dos inventariados, a cujos inventários tivemos acesso, que não tinham esse tipo de propriedade (Tabela 1). É certo que o apego dos brasileiros à escravidão não era uniforme. O município mineiro mantinha esse tipo de propriedade mais disseminadamente do que o sul-rio-grandense no final do século XIX. Se é verdade que o apoio social a uma determinada prática depende, em certa medida, do exercício da mesma por uma parte da população, entende-se por que o abolicionismo se manifestou com maior aceitação na capital do Rio Grande do Sul do que em Minas Gerais, por um lado, e por que não poderia ter-se manifestado em ambos os lugares, por outro, na década de 10.

² “Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.” (Freyre, 1977, p. 153).

Tabela 1

Percentuais de inventariados sem escravos em Porto Alegre e Sabará — 1800-87

PERÍODOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ
1800-10	23,07692	19,51220
1811-20	21,21212	19,04762
1821-30	12,12121	11,59420
1831-40	17,64706	14,75410
1841-50	33,33333	18,51852
1851-60	17,30769	32,46753
1861-70	25,00000	28,57143
1871-80	51,02041	33,65385
1881-87	74,28571	50,68493

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Museu do Ouro de Sabará.

2.1 - Mercados coloniais e elites mercantis

Uma das questões recentemente reavivadas pela historiografia econômica nacional diz respeito a um tema antigo e, de certo modo, resolvido: o da relevância dos mercados coloniais interno e externo. A visão que se tornou predominante ao longo do século XX pode ser resumida nos seguintes termos: no período colonial, a economia da América Portuguesa esteve submetida, admitindo diferentes variações de intensidade, às economias européias, sendo sua razão de ser a produção de mercadorias a serem consumidas no Exterior. Além disso, era meio para acumulação externa de capitais, uma vez que o comércio Exterior era dominado por não residentes que faziam uso, na medida do possível, dos órgãos da administração luso-brasileira, obedientes a Lisboa, para estabelecerem monopólios mercantis.

As formas de realizar comércio, então, eram bastante diferentes das existentes hoje: o emprego da força sem sutilezas era a norma. O Exclusivo Metropolitano, usado segundo diferentes gradações ao longo do tempo, pressupunha o contrário do livre-cambismo, no que tange ao comércio internacional, e uma série de monopólios reais, os quais eram, ou não, arrematados em leilões, no que diz respeito ao comércio interno à colônia. Tais monopólios poderiam, ainda, ter suas rendas revertidas em favor de municípios, ordens religiosas, particulares, etc., revelando práticas contra as quais Adam Smith se opunha e que se faziam presentes não apenas no mundo colonial, mas também na Europa, como nos revela Heckscher (1988, cap. 2, pt. 1).

Nesses termos, não resta dúvida sobre as práticas mercantis anteriores ao livre-cambismo do século XIX. O que recentemente se tem questionado é, dentre outras coisas, a relevância dos movimentos externos à economia brasileira no período colonial, sendo usados, para tanto, dados obtidos em fontes primárias por João Luiz Fragoso e analisados em **Homens de Grossa Aventura**. Por meio de uma equivocada análise dos dados obtidos, pressupôs-se que os preços de algumas mercadorias no porto do Rio de Janeiro tiveram movimentos não correlacionados com os preços internacionais no final do período colonial, o que indicaria uma certa independência em face das injunções externas ao Brasil (Mariutti; Nogueiról; Danieli Neto, 2001). Além disso, estudando-se a elite mercantil fluminense, concluiu-se que ela contava com grande espaço de atuação nas relações mercantis com a África e com o Centro-Sul brasileiro. Uma vez que as práticas comerciais, tanto em uma direção quanto na outra, eram as típicas do período pré-livre-cambista, percebe-se que havia, no interior da economia brasileira, espaço para acumulações endógenas. Mais do que isso, tais acumulações se sobreporiam às externas, dando ao conjunto uma certa independência de ritmos econômicos que seria anterior à independência política.

De nosso ponto de vista, é inegável a força da elite mercantil fluminense, e o maior mérito das contribuições de Fragoso e Florentino é apontar para ela. Tal elite seria, na realidade, muito antiga, sendo perceptível seu nascimento, talvez, nos episódios da expulsão dos holandeses de Angola e da destruição do Reino do Congo, obra de luso-brasílicos e angolistas, que, saídos do Rio de Janeiro, foram ao litoral e ao interior africano restabelecer as condições necessárias para a retomada do tráfico de escravos no século XVII, “surpreendendo” as negociações em andamento entre as Províncias Unidas e Portugal sobre Pernambuco (Alencastro, 2000).

2.2 - Economia e população escrava no Novo Mundo

O tráfico de escravos constituiu-se, sem sombra de dúvida, em um dos ramos do comércio colonial de maior relevância. O domínio militar das fontes de abastecimento, isto é, dos pontos do litoral africano para onde eram levados os cativos capturados no interior, era de fundamental importância, dadas as práticas mercantis vigentes. Entendia-se, na época dos holandeses em Pernambuco, que sem Brasil não havia Portugal e que sem Angola não havia Brasil, razão pela qual o simples domínio do Nordeste era insuficiente para o objetivo último da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais: gerar lucros. Dada a alta mortalidade da população cativa, a conquista apenas da região produtora de açúcar era uma quimera: logo faltaria quem trabalhasse, motivo por que não apenas São Jorge da Mina foi definitivamente tomada de Portugal, mas também Luanda e Benguela, ainda que temporariamente.

Na historiografia brasileira, convencionou-se que, em todos os tempos e lugares, a população cativa comportava uma tendência ao crescimento vegetativo negativo. O contrário do caso brasileiro seria o norte-americano no século XIX, onde não se duvida do crescimento numérico registrado após o fim do tráfico transatlântico de escravos para os EUA.

As razões para a mencionada tendência brasileira residem, no nosso entendimento, na dinâmica existente entre população escrava e economia, a qual pode ser resumida nos seguintes termos: dependendo da rentabilidade das unidades produtivas onde trabalhavam os escravos, estes terão maiores ou menores possibilidades de se reproduzirem. Ao contrário do que se dá com o trabalhador livre, cuja remuneração se correlaciona positivamente com o ciclo econômico, o trabalhador cativo tem suas condições de existência pioradas nos momentos de auge, quando a unidade produtiva tem maiores condições de substituí-lo mais facilmente via tráfico, e melhoradas, quando a conjuntura reduz os lucros³, porque então sua substituição é relativamente mais cara, valendo a pena preservá-lo por um período maior.

Antônio Barros de Castro, na década de 80, propôs a seguinte tipologia: haveria, no Novo Mundo, três tipos de regiões produtoras de açúcar que dependiam da rentabilidade associada a cada uma, as superdotadas, as regiões membro-efetivo e as residuais. Dada a possibilidade do desenvolvimento de novas regiões produtoras, assim como da ocorrência de eventos fortuitos, como instabilidades políticas e sociais, lugares que em um período foram de uma categoria poderiam passar às demais. Concretamente, o Nordeste brasileiro, até o advento da concorrência antilhana, foi região superdotada, passando a membro-efetivo posteriormente, sendo determinadas áreas nordestinas abandonadas ou ocupadas com a produção de outras mercadorias que não o açúcar. O mesmo podemos dizer da Ilha da Madeira, que, a partir da concorrência nordestina, passou à produção de vinho, abandonando a cultura que inicialmente comportou. Cuba, a partir da abolição da escravidão no Haiti, disputou com o Nordeste brasileiro a supremacia da sucrocultura, assim como São Paulo veio, ao longo do tempo, a desbancar antigos produtores de café.

Fazendo uso dos termos de Barros de Castro, podemos associar a maior possibilidade de reprodução da população escrava às regiões residuais, assim como devemos esperar uma maior atividade traficante nas regiões superdotadas. Indo além, devemos encontrar uma maior proporção de africanos nas regiões de

³ Nas palavras de Gilka V. F. de Salles (1992, p. 288), que estudou a economia goiana no período colonial: "Sabe-se que o rigor do trato [com os escravos] foi mais acentuado na época de maior produção de ouro, reduzindo-se a exigência de trabalho excessivo quando os veios se retraíram".

maior rentabilidade, e, de modo inverso, os crioulos⁴ predominam nas regiões de menor lucratividade. Disso decorre o fato de que, dadas as características do tráfico africano, haverá predomínio numérico de homens nas primeiras e equilíbrio entre os gêneros nas segundas, assim como se perceberá uma maior participação de crianças nestas e não naquelas.

Estamos querendo indicar, com o raciocínio exposto, que algumas variáveis demográficas podem ser usadas para inferir a situação econômica de determinadas regiões ao longo do tempo. Há que se notar, no entanto, que a extinção do tráfico transatlântico modifica inteiramente os dados do problema: sem a fonte africana, as regiões que têm grande rentabilidade se vêem na contingência de preservar as populações cativas de que dispõem, esperando-se um aumento dos preços dos escravos em geral e, em particular, dos recém-nascidos. A análise, portanto, dos preços das diferentes categorias de escravizados, assim como das diferentes proporções entre homens e mulheres de faixas etárias específicas, pode revelar determinadas nuances da economia brasileira como um todo, bem como das regiões que a compunham no século XIX.

3 - Economias não exportadoras: Minas Gerais e o Rio Grande do Sul no século XIX

As lições de Celso Furtado foram aprendidas por todos. A economia brasileira, até o advento do predomínio do mercado interno sobre o externo, na formação da demanda dos produtos que produzíamos, possuía a seguinte dinâmica: havia, sempre, um setor exportador e um de subsistência. O primeiro seria impulsionado por demandas externas e geraria níveis elevados de rendimentos, estando inserido nos fluxos internacionais de pagamentos. Quando, por quaisquer razões, entrasse em decadência, passaria por uma fase de regressão econômica, que, no caso do Nordeste, resultou no abandono das terras inframarginais pela cana-de-açúcar, ainda que se tenha mantido a produção açucareira regional. De todo modo, o nível de rendimentos caiu, e a unidade produtiva tornou-se menos dependente do Exterior para reproduzir-se, à exceção da compra de mão-de-obra. No caso de Minas, Goiás e Mato Grosso, o esgotamento dos filões teria um impacto maior do que a concorrência antilhana para o Nordeste: os empresários, sem alternativas para o uso dos recursos produtivos com que contavam, continuaram procurando novos filões, esgotando o pouco capital acumulado. Por fim, quando do advento da cafeicultura, os escravos mineiros teriam sido vendidos a ela.

⁴ Chamava-se crioulo o escravo nascido no Brasil.

O setor de subsistência, por seu turno, seria formado pelos produtores de alguns bens consumidos pelo setor exportador, do qual se obtinha um nível mais baixo de rendimentos. Em momentos de auge das exportações, uma maior especialização do setor exportador resultaria em maior demanda de bens de subsistência e, portanto, melhor aproveitamento dos recursos existentes nos dois setores. Nos momentos de retração do envio de mercadorias para o Exterior, ambos os setores regrediriam, ainda que o de subsistência em maior profundidade, representando a perda dos poucos vínculos mercantis que tinha, mesmo que não percesse por isso.⁵

No século XIX, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não se caracterizavam por serem economias exportadoras, ou ao menos não foram assim caracterizados pelos historiadores da visão tradicional. Em torno da primeira província, é interessante observar a formação, de 1980 em diante, de uma nova visão sobre a economia do século em questão, dado que era a província brasileira que concentrava a terceira maior população cativa das Américas, perdendo apenas para os Estados Unidos e para Cuba, a conciliação desse dado com a suposta decadência havida posteriormente ao esgotamento dos filões auríferos é problemática. Roberto Borges Martins (1980), em tese seminal, apontou para essa incoerência, uma vez suposto que a existência de escravos se combinou, necessariamente, com a produção de mercadorias. Para esse autor, Minas Gerais não se transformou em fonte fornecedora de mão-de-obra para a expansão da cafeicultura fluminense como pretendido por Furtado. Pelo contrário, era a economia provincial importadora da maior quantidade de escravos do Brasil no século XIX, o que se fazia pelo porto do Rio de Janeiro. Dado que não era economia notabilizada por exportações, inferiu-se que as mercadorias produzidas pelos escravos mineiros se destinavam ao mercado interno provincial.⁶ Essa hipótese foi retificada por Robert Slenes (1988), para quem Martins subestimou as exportações mineiras, pois exportavam-se diamantes para o Exterior e alimentos para o Rio de Janeiro, a cidade e a província.

O Rio Grande do Sul era, por seu turno, província que se desenvolveu, desde que nela se deu algum processo de colonização, para o mercado interno colonial, sendo o charque a mercadoria principal. De fato, com o advento da economia de mineração nas províncias do interior da América Portuguesa, os sul-rio-grandenses transformaram-se em fornecedores de bestas para as minas e de carne para as províncias litorâneas. No século XIX, segundo nos relata Saint-Hilaire (1987), ainda havia a produção de feijão e farinha de mandioca para as províncias do norte.

⁵ Tais vínculos não tinham a relevância que atualmente se atribui a toda atividade produtiva.

⁶ A contribuição da tese de Martins para o livro de João Luiz Fragoso, assim como para a nova visão da história econômica brasileira, não é pequena.

Além dessa característica econômica, possuía a província do sul um caráter acentuadamente militar pela indefinida posição da fronteira entre os Impérios Português e Espanhol. Nesses termos, juntamente com o caráter mercantil enfatizado por Furtado para a colonização portuguesa nas Américas, deve-se apontar as pretensões luso-brasileiras no Prata, do que resultou um processo colonizador específico.

3.1 - Mercados de escravos em províncias não exportadoras

A nova visão que se vem formando sobre a economia brasileira do século XIX enfatiza, como expusemos anteriormente, a relevância dos ritmos internos em face dos externos na determinação das dinâmicas econômicas locais. Nesses termos, as relações do Rio de Janeiro com a África e com o Centro-Sul do Brasil seriam determinantes de acumulações de capitais em mãos de residentes. De nosso ponto de vista, embora seja indubitável a existência de circuitos mercantis entre 1790 e 1830, conforme aponta Fragoso, e, no século XVII, de acordo com Alencastro⁷, é questionável o grau de autonomia com que contou a Colônia e, posteriormente, o Império.

Somos partidários da velha visão da economia brasileira. Quem quer estudar nosso passado se depara com um complicado problema: atribuir pesos aos movimentos internos e aos externos de nossa economia procurando saber quais predominam. A visão que aqui estamos chamando de velha⁸ não nega a existência dos primeiros, mas apenas aponta o domínio dos segundos. Assim, embora com acumulações internas alimentadas por circuitos comerciais endógenos, nossa razão de ser torna-se compreensível se reportada ao domínio do capital mercantil europeu, primeiramente, e à derrota que sofre diante do capital industrial europeu e norte-americano posteriormente. Províncias como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora não fossem diretamente exportadoras, ou o fossem em escala relativamente pequena em face do que eram Rio de Janeiro e São Paulo, em relação à cafeicultura, e o Nordeste, em relação à sucrocultura, eram amplamente influenciadas pelas relações que o País mantinha com os centros consumidores dos produtos que exportava.

⁷ Alencastro não endossa a autonomia apontada por Fragoso.

⁸ No Brasil, as palavras velho e estragado são freqüentemente usadas como sinônimas. Em alguns lugares do Nordeste, como no Piauí em particular, para caracterizar algo imprestável, usam-se ambas simultaneamente. É evidente que, quando chamamos determinada visão historiográfica de velha em contraposição a uma outra nova, não queremos dizer que a primeira é inferior à segunda, ou mesmo que esteja ultrapassada.

Variáveis privilegiadas para expressar tal dependência são as oriundas do mercado de escravos, uma vez que os cativos eram fator de produção comum a todo o Brasil, sendo seus preços expressão da capacidade de produzir mercadorias, ainda que nem sempre fossem nisso empregados.

Sabará

Entendemos, a partir de Antônio Barros de Castro, que regiões residuais não poderiam ser importadoras de grandes quantidades de escravos, uma vez que não dispunham de renda suficiente para tanto. É nessas regiões que, supomos, os escravos não seriam intensivamente aproveitados para produzir mercadorias, mas bens de uso cujo consumo dependeria da capacidade e do gosto de seus proprietários. A hipótese de venda dos cativos das regiões de menor rentabilidade econômica para as de maior deve ser contemplada considerando o fato de que fazê-lo significaria, nas palavras de João Manoel Cardoso de Mello, liquidar os demais ativos. Uma vez que a obtenção de trabalho não poderia ocorrer por outras formas que não compulsoriamente e que a rentabilidade dos demais fatores de produção dependia da associação com este, eliminá-lo seria perder completamente as possibilidades de geração de renda. Com isso, estamos querendo nos contrapor à hipótese levantada por Martins, para quem a população escrava mineira crescia, no século XIX, através da importação de africanos para a produção de mercadorias destinadas a um improvável mercado interno mineiro, e à correção proposta por Slenes, para quem dita população era ocupada na produção de alimentos e pedras preciosas para serem exportados. Não estamos negando nem a importação de cativos nem as exportações mencionadas, mas qualificando uma economia decadente, que passou por transformações produtivas e sociais e que transitou de superdotada a membro efetivo da cadeia.

A Comarca de Nossa Senhora da Conceição de Sabará abrigou, a partir da década de 30 do século XIX, o maior empreendimento britânico em território brasileiro, a Mina de Morro Velho, de propriedade da Saint John D'El Rey Mining Company, com ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres.⁹ Essa mina, ainda hoje em funcionamento no Município de Nova Lima, vizinho a Belo Horizonte, empregou escravos próprios, enquanto foi permitido aos súditos britânicos possuírem esse tipo de propriedade. Posteriormente, alugou-os de particulares. Fortemente especializada na prospecção mineral, empregava os escravos que comandava também na produção de subsistência para auto-abastecimento, o que indica uma certa pequenez do mercado interno regional. De todo modo, admite-se que, de alguma maneira, dinamizava a economia local constituindo-se em centro de demanda e local privilegiado para o estudo das hipóteses levantadas por Martins e Slenes.

⁹ Todas as informações sobre o empreendimento inglês foram obtidas de Libby (1984).

Se Sabará se situasse em região superdotada, verificar-se-ia o predomínio da população africana sobre a crioula e da masculina sobre a feminina. Sendo a região que abrigou a empresa que, durante o século XIX, foi responsável, isoladamente, por 1% das exportações brasileiras do período, seria de se esperar que fosse superdotada e, portanto, local onde o mercado interno mineiro, grande demandante de escravos africanos, segundo Martins, se revelaria.

Os dados que obtivemos dos inventários de Sabará, em nossa opinião, não comportam as hipóteses de Slenes, ao menos para a região em que se situava.¹⁰ Conforme se pode verificar pela Tabela 2, mesmo enquanto o tráfico de escravos esteve aberto, a população crioula predominava sobre a africana. Tal predomínio, na década de 30, se não se trata de uma amostra espúria, passou por uma breve regressão, refletindo, possivelmente, a entrada em atividade da Mina de Morro Velho. Tal fato deve ter aumentado a demanda por escravos na região e, entre estes, de africanos. Ainda assim, na década de 40, quando se registraram as maiores entradas de africanos no Brasil, a proporção em questão praticamente dobrou em relação à década precedente. A partir disso, pode-se supor que, na década de 40, ao contrário de se comprarem africanos, preferiu-se a compra de crioulos. Se essa hipótese estivesse correta, mantida a característica constante, no Novo Mundo, de preferência por homens às mulheres por parte dos demandantes de trabalho escravo, se esperaria que a proporção entre homens e mulheres passasse por alterações em favor daqueles, mas isto não aconteceu em Sabará, como se pode ver pela Tabela 2.

Percebe-se uma certa instabilidade na mencionada proporção. Há predomínio do número de homens sobre o número de mulheres; no entanto, se Sabará fosse região superdotada, a proporção entre os gêneros assemelhar-se-ia, para ambas as populações, de africanos e de brasileiros escravos, à primeira destas. É sabido que o tráfico transatlântico de escravos trazia, em média, de três a quatro homens para cada mulher. A população africana escravizada em Sabará refletia essa característica; mas porque a rentabilidade das unidades produtivas locais era mediana, não atingindo o que se deve verificar na sucrocultura nordestina em seu auge ou mesmo na mineração do século XVIII, o desequilíbrio era relativamente pequeno.¹¹

¹⁰ Clotilde Andrade Paiva, em tese de doutorado, apresentou uma regionalização de Minas Gerais própria ao século XIX, isto é, considerando os dados demográficos e econômicos da época, o que difere da regionalização hoje existente. Sabará, nesses termos, ficava situada na Região Mineradora Central Oeste, que, juntamente com a Diamantina, a Sudeste e a Intermediária Pitangui Tamanduá, constituía o grupo das de mais elevado desenvolvimento.

¹¹ Estranhamente, essa proporção de quatro homens para cada mulher esteve presente nos anos iniciais da construção de Brasília (Lopes, 1996) e antes de sua inauguração (1956-60), evidenciando um aspecto arcaizante a mais na construção de um dos símbolos de nossa modernidade.

Tabela 2

Relações entre as quantidades de escravos e de escravas, segundo o sexo e o local de nascimento, em Sabará — 1800-87

PERÍODOS	HOMENS/ /MULHERES	AFRICANOS/ /AFRICANAS	BRASILEIROS/ /BRASILEIRAS	BRASILEIROS/ /AFRICANOS
1800-10	1,38	2,46	0,97	1,40
1811-20	1,75	3,71	1,17	1,64
1821-30	1,41	3,04	0,99	1,95
1831-40	1,78	3,26	1,33	1,60
1841-49	1,52	6,28	1,09	3,15
1850-72	1,34	4,62	1,12	4,14
1873-87	1,17	3,00	1,11	13,15

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Museu do Ouro de Sabará.

Porto Alegre

O Rio Grande do Sul, no início do século XIX, apresentou-se, aos olhos de Saint-Hilaire, que também conheceu Minas Gerais e Goiás, como uma região de contrastes em relação ao que conhecia do resto do Brasil. Além de a miscigenação ser menos intensa e de serem os sul-rio-grandenses muito menos calorosos que os mineiros¹², por exemplo, era província com perspectivas de crescimento muito mais amplas, além de ser produtora de riquezas novas, resultando disso que a Capital e as cidades de Rio Grande e Pelotas possuíam prédios novos, indicando que, ao contrário de Minas, não estava decadente.

Porto Alegre, além de capital da província, era um importante centro comercial que intermediava as trocas entre o resto do mundo e os Campos de Viamão, onde se criava gado de corte, além de se produzirem bens agrícolas, e, após o início da imigração alemã, a Serra Gaúcha e os vales dos rios que deságuam no Guaíba, às vezes chamado de mar nos inventários que estudamos.

O crescimento na economia escravista gaúcha do século XIX, tal como a entendemos, percebido nas palavras de Saint-Hilaire, significa a presença crescente de escravos. Uma vez que a região estava longe de ser superdotada, esse crescimento significava um nível de atividades tal que permitia presença de população crioula.

¹² Embora igualmente receptivos. Sempre que chegava a uma estância, por mais miserável que fosse, recebia uma cuia com chimarrão e carne, contra o que os proprietários recusavam-se a aceitar qualquer tipo de pagamento.

Tabela 3

Proporção dos gêneros na população escrava registrada nos inventários *post mortem* de Sabará e de Porto Alegre — 1800-87

PERÍODOS	HOMENS/MULHERES	
	Sabará (1)	Porto Alegre (2)
1800-10	1,38	1,21
1811-20	1,75	1,66
1821-30	1,41	1,91
1831-40	1,78	2,11
1841-50	1,52	1,24
1851-72	1,34	1,46
1873-87	1,17	1,01

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Museu do Ouro de Sabará.

(1) Período 1800-87. (2) Período 1800-84.

Fazendo uso da mesma metodologia aplicada a Sabará para a análise do predomínio de homens sobre mulheres na população cativa, verificamos que Porto Alegre possuía elementos sociais bastante próximos aos existentes no interior de Minas Gerais.¹³ A crescente proporção de homens em relação ao número de mulheres escravas, indicada na Tabela 3, aponta um crescimento econômico mais estável para Porto Alegre comparativamente a Sabará entre 1800 e 1810 e 1841 e 1850. Provavelmente, a capital do Rio Grande do Sul participava mais ativamente do tráfico de escravos, e, por isso, até que estes fossem substituídos por imigrantes e trabalhadores nacionais, a desproporção numérica entre os gêneros mantinha-se crescendo. Tal substituição, supomos, daria à economia e à demografia porto-alegrenses uma nova dinâmica, mais próxima da atual.

3.2 - Sabará, Rio de Janeiro e Porto Alegre: praças de um mercado regional de escravos

Como chegavam e partiam os escravos do Rio Grande do Sul? Pelo Rio de Janeiro, tal como Minas Gerais. Essa é a razão por que os preços dos escla-

¹³ Por razões que desconhecemos, há um grande número de escravos de origem não identificada nos inventários de Porto Alegre, razão pela qual optamos por não fazer o mesmo exercício que fizemos para Sabará no que diz respeito às populações africanas e crioulas. Verificar Tabelas 1 e 3 do Apêndice.

vos sabarenenses e porto-alegrenses tinham tão forte correlação ao longo do século XIX, em especial até 1850¹⁴, configurando um mercado que abrangia o Centro-Sul do Brasil, tal como indicado por Fragoso.

Além da forte correlação no período mencionado, as médias de preços entre 1801 e 1850 não eram significativamente diferentes entre si.¹⁵ Entre 1851 e 1872, os movimentos dos preços de cativos das duas localidades passaram a ter movimentos menos próximos do que os verificados anteriormente, sendo estatisticamente relevantes as diferenças de médias apuradas.¹⁶ A partir de 1872, a diferença entre os preços manteve-se, e os movimentos de preços dos mercados de escravos locais não mais se correlacionaram. A partir de 1871, verificou-se que a correlação existente entre Sabará e o Rio de Janeiro era bastante alta ($r = 0,79$), sendo menor a que se apurou entre essa província e Porto Alegre ($r = 0,49$). As médias eram diferentes entre si, sendo a da capital do Rio Grande do Sul a que se afastou das demais.¹⁷

Resta explicar os motivos por que Porto Alegre e Sabará, geograficamente tão distantes, compartilharam inicialmente os mesmos movimentos de preços de escravos para, findo o tráfico transatlântico, se distanciarem crescentemente.

Entendemos que os escravos se constituíam no principal fator de produção então empregado e o que maior mobilidade tinha. Nesse caso, mesmo considerando as limitações de uma economia algo desagregada em comparação com os dias de hoje, não se pode desconsiderar o fato de que os preços dos mesmos indicam a submissão do todo a uma condição necessária para seu emprego: a equivalência de custos de oportunidade. Em outras palavras, podemos supor que a mobilidade do fator de produção em questão era dada também pela rentabilidade a ele associada, sendo necessário, para empregá-lo, que Porto Alegre e Sabará obtivessem, com os cativos de que dispunham, produto econômico semelhante, sem o que haveria exportação de cativos dos lo-

¹⁴ O coeficiente de correlação para os preços de escravos de primeira linha, isto é, do sexo masculino e sadios contando de 20 a 29 anos de idade, para o século XIX, é 0,91. Para o período de 1801 a 1850, é 0,912. Entre 1851 e 1872, é 0,63. Por fim, entre 1872 e 1884, é -0,13. Adiante, analisaremos as razões das diferenças e das semelhanças.

¹⁵ A média de preços do escravo de primeira linha em Sabará, entre 1801 e 1850, é de 316\$108, enquanto em Porto Alegre se pagava 320\$149. A estatística *t* para a diferença é 0,10. Comentaremos, posteriormente, as razões para as variações absolutas de preços.

¹⁶ Entre 1851 e 1872, pagava-se, em média, 963\$936 por um escravo de primeira linha em Porto Alegre. Em Sabará, um escravo do mesmo tipo era negociado, em média, por 1:198\$037. A estatística *t*, em um teste de duas amostras para médias, resultou ser 3,95.

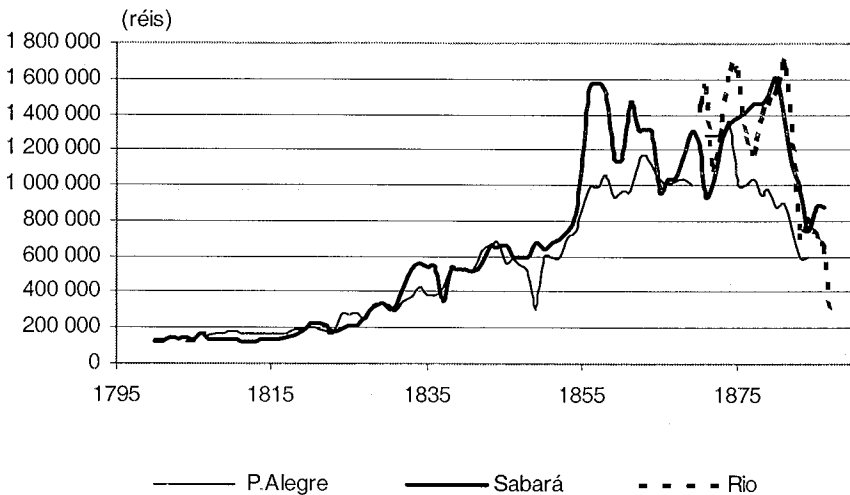
¹⁷ As médias de preços de escravos de primeira linha para Sabará, Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre 1873 e 1884, são respectivamente: 1:330\$997, 1:342\$083 e 942\$152. A análise de variância que fizemos está reproduzida no Quadro 1 do Apêndice.

cais de menor para os de maior rentabilidade, respeitando, no entanto, as rentabilidades dos demais fatores de produção, uma vez que zerar o estoque de um deles significaria, como já dissemos, liquidar todos os demais ativos.

A partir de 1850, com o fim do tráfico, com o rápido crescimento da cafeicultura no Sudeste e, provavelmente, com o aumento da participação do trabalho livre na produção sulina, os preços começaram a se distanciar: o Rio Grande do Sul transformou-se em exportador de escravos, não ocorrendo o mesmo com Minas, segundo Roberto Borges Martins. Ainda assim, com médias distintas, mas com movimentos próximos, percebe-se a submissão de ambas as regiões em que estavam as comarcas ao que enunciamos no parágrafo precedente.

Gráfico 1

Médias móveis trienais para preços de escravos de primeira linha em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Sabará — século XIX



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Museu do Ouro de Sabará.

MELLO, P. C. Aspectos econômicos da Organização do Trabalho da Eco: cafeeira do Rio de Janeiro. 1850-1888. **Revista Brasileira de Economia**, v. 32, n. 1, p. 43-67, 1978.

Por fim, a partir de 1872, há uma aparente desorganização do mercado de escravos existente entre o Sudeste e o extremo sul do Brasil, talvez em razão da resistência dos próprios escravos em serem vendidos para outras províncias: a Lei do Ventre Livre passou a impedir a separação de mães e filhos, o que deve ter contribuído para o fortalecimento e para a estabilidade das famílias escravas.

Resta entender, por fim, o que motivou o aumento de preços dos escravos de primeira linha entre 1801 e 1880. A partir de Pedro Carvalho de Mello, sabemos dos efeitos do abolicionismo sobre os preços de escravos fluminenses. Com o recrudescimento do movimento contestatório à escravidão, os preços dos escravos entraram em queda, sendo notável que, no Rio de Janeiro, em 1887, o preço de venda correspondesse ao preço de aluguel de um ano do cativo, indicando que o mercado de escravos antecipava, como hoje ocorre com tantas outras mercadorias, o fim de um direito de propriedade.

A hipótese que defendemos para explicar o fenômeno do aumento de preços dos escravos mineiros e gaúchos de primeira linha ao longo do século XIX é a mesma empregada por Fogel e Engerman para os escravos do sul dos Estados Unidos até a Guerra de Secessão: a rentabilidade dos complexos exportadores. A correlação entre preços de escravos e quantidades exportadas de café era bastante elevada entre 1821 e 1850, como se vê na Matriz 1.

Matriz 1

Matriz de correlações para índices de quantidades exportadas de café e de preços de escravos de primeira linha de Porto Alegre e de Sabará — 1821-50

CORRELAÇÕES	ESCRAVOS DE PORTO ALEGRE	ESCRAVOS DE SABARÁ	QUANTIDADES DE CAFÉ
Escravos de Porto Alegre	1		
Escravos de Sabará	0,821705	1	
Quantidades de café	0,760182	0,871839	1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro, 1987.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Museu do Ouro de Sabará.

Com a proibição do tráfico de escravos, embora as quantidades exportadas de café tenham continuado a crescer, fizeram-no menos lentamente do que os preços dos cativos, o que indica que a demanda pelos mesmos estava bastante forte e que os lucros obtidos com o trabalho escravo eram suficientes para que ao menos os cafeicultores se dispusessem a pagar os elevados preços pelos quais eram comprados e mandados para as províncias cafeeiras.

Os preços do café exportado, de 1850 a 1872, correlacionavam-se positivamente com os preços dos escravos, indicando o crescente peso da cafeicultura na economia nacional, a qual impunha, ao mesmo tempo, a concentração dos escravos no Sudeste do Brasil e balizava o custo de oportunidade da propriedade escrava no resto do País.

Matriz 2

Matriz de correlações para índices de preços de exportação de café e de preços de escravos de primeira linha de Porto Alegre e de Sabará —1851-72

CORRELAÇÕES	ESCRAVOS DE PORTO ALEGRE	ESCRAVOS DE SABARÁ	PREÇOS DO CAFÉ
Escravos de Porto Alegre	1		
Escravos de Sabará	0,633473	1	
Preços do café	0,665523	0,520638	1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro, 1987.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Museu do Ouro de Sabará.

A partir de 1872, com a desorganização crescente do mercado nacional de escravos, os preços destes passaram a refletir, em especial a partir de 1880, o risco de perda financeira associado à propriedade escrava, enfraquecendo-se a correlação existente entre as exportações de produtos tropicais e o preço dos cativos.

4 - Conclusões

Como exposto na seção 2 deste trabalho, insistimos na tese de que a escravidão foi elemento fundamental de nossa formação como nação. O século XIX apresentou-se aos brasileiros como período de grande transformação, uma vez que eram as nossas bases sociais e culturais as que estavam sob ataque e na iminência de serem alteradas.

O tráfico e a posse de escravos foi, por muito tempo, fonte de enriquecimento e poder das elites brasileiras, razão pela qual tão grande foi nossa resistência para aboli-lo. Entendemos que, à medida que o tempo passou, o território da América Portuguesa foi palco de transformações que, apesar do emaranhado de elementos presentes, possuía sentido: a tendência para a autonomização do espaço econômico, sendo os mercados internos existentes uma das bases para tanto. Apesar disso, o sentido da colonização¹⁸, definido quando da montagem da empresa colonial, prolongou-se para além do período colonial, resultando daí que o principal fator de produção empregado pela economia brasileira no século XIX tivesse seus preços determinados pelo que se passava com as economias de exportação, mesmo onde os escravos eram empregados em atividades voltadas para o mercado interno, como pudemos observar em Sabará e em Porto Alegre. Nesses termos, cremos ser precipitada a afirmação da nova visão da economia brasileira do período colonial, segundo a qual haveria ritmos de nossa economia determinados endogenamente a predominar sobre os externos.

Não resta dúvida, todavia, de que espaço havia para a atuação de um certo capital nacional que se expressou regionalmente ao longo do século XIX, antes e depois da Independência. Entendemos, ainda, que a constituição da população escrava e os movimentos do mercado que sobre ela atuavam apresentam variáveis que podem indicar a dinâmica econômica regional. Nesse sentido, esperamos ter contribuído para demonstrar que a integração da economia gaúcha ao resto do Brasil se processou, também, pelo mercado de escravos.

¹⁸ Conforme Caio Prado Júnior (2000, p. 20): "(...) nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu. (...) E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país".

Apêndice

Tabela 1

Quantidades de homens e mulheres escravos segundo as origens declaradas
nos inventários da Comarca de Porto Alegre — 1800-87

PERÍODOS	HOMENS	MULHERES	AFRICANOS	AFRICANAS
1800-10	87	72	15	7
1811-20	63	38	17	12
1821-30	140	73	40	21
1831-40	142	67	82	28
1841-50	109	88	49	20
1851-72	277	189	83	20
1873-87	57	56	5	1
1800-87	875	583	291	109

PERÍODOS	BRASILEIROS	BRASILEIRAS	NÃO IDENTIFICADOS	NÃO IDENTIFICADAS
1800-10	24	40	48	25
1811-20	20	18	26	8
1821-30	32	29	68	23
1831-40	48	30	12	9
1841-50	46	62	14	6
1851-72	103	138	91	31
1873-87	25	29	27	26
1800-87	298	346	286	128

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 1

Análise de variância para média de preços de escravos de primeira linha de Sabará,
Porto Alegre e Rio de Janeiro — 1871-84

FONTE DE VARIACÃO	SOMA DE QUADRADOS	G. L.	VARIÂNCIA ESTIMADA	F
Entre médias	1,556E + 11	2	77799956967	13,51683875
Dentro das amostras	1,89941E + 11	33	5755780504	
Total	3,45541E + 11	35		

Tabela 2

Preços de escravos de primeira linha em Sabará, Porto Alegre e Rio de Janeiro — 1800-87

(réis)

ANOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ	RIO DE JANEIRO
1800	136 433,3
1801	136 433,3	120 000,0	...
1802	...	120 000,0	...
1803	...	150 000,0	...
1804	128 000,0	136 538,5	...
1805	128 000,0	141 562,5	...
1806	...	138 214,3	...
1807	153 600,0	163 333,3	...
1808	171 800,0	130 000,0	...
1809	173 381,8	130 000,0	...
1810	177 777,8	130 000,0	...
1811	171 400,0	130 000,0	...
1812	164 666,7	126 666,7	...
1813	164 666,7	127 000,0	...
1814	165 000,0	123 571,4	...
1815	165 000,0	136 250,0	...
1816	165 000,0	137 000,0	...
1817	165 000,0	139 444,4	...
1818	190 000,0	148 333,3	...
1819	193 333,3	156 363,6	...
1820	202 600,0	179 444,4	...
1821	192 800,0	221 153,8	...
1822	182 800,0	225 454,5	...
1823	172 560,0	216 153,8	...
1824	265 460,0	177 500,0	...
1825	271 536,8	192 222,2	...
1826	281 176,5	209 705,9	...
1827	250 000,0	217 105,3	...
1828	325 000,0	260 681,8	...
1829	333 333,3	315 500,0	...

(continua)

Tabela 2

Preços de escravos de primeira linha em Sabará, Porto Alegre e Rio de Janeiro — 1800-87

(réis)

ANOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ	RIO DE JANEIRO
1830	325 000,0	341 578,9	...
1831	287 500,0	308 428,6	...
1832	350 000,0	315 468,8	...
1833	375 000,0	422 037,0	...
1834	425 000,0	532 968,8	...
1835	378 000,0	560 675,7	...
1836	378 000,0	539 230,8	...
1837	431 666,7	537 272,7	...
1838	533 333,3	350 000,0	...
1839	528 571,4	537 500,0	...
1840	533 333,3	528 571,4	...
1841	525 000,0	529 166,7	...
1842	625 000,0	516 666,7	...
1843	660 000,0	564 000,0	...
1844	675 000,0	649 615,4	...
1845	560 000,0	651 379,3	...
1846	583 333,3	659 259,3	...
1847	550 000,0	596 428,6	...
1848	516 666,7	597 222,2	...
1849	300 000,0	593 750,0	...
1850	600 000,0	675 000,0	...
1851	600 000,0	640 000,0	...
1852	600 000,0	676 428,6	...
1853	710 000,0	694 285,7	...
1854	737 500,0	738 000,0	...
1855	870 000,0	840 000,0	...
1856	987 500,0	1 111 111,0	...
1857	987 500,0	1 562 500,0	...
1858	1 060 000,0	1 575 000,0	...
1859	933 333,3	1 518 700,0	...

(continua)

Tabela 2

Preços de escravos de primeira linha em Sabará, Porto Alegre e Rio de Janeiro — 1800-87

(réis)

ANOS	PORTO ALEGRE	SABARÁ	RIO DE JANEIRO
1860	971 428,6	1 150 020,0	...
1861	971 428,6	1 150 020,0	...
1862	1 114 286,0	1 475 050,0	...
1863	1 166 667,0	1 320 000,0	...
1864	1 111 111,0	1 320 000,0	...
1865	1 033 333,0	1 300 000,0	...
1866	1 016 667,0	964 285,7	...
1867	1 025 000,0	1 037 500,0	...
1868	1 033 333,0	1 040 909,0	...
1869	1 000 000,0	1 170 000,0	...
1870	...	1 300 000,0	1 429 000,0
1871	1 287 500,0	1 228 571,0	1 550 000,0
1872	1 287 500,0	950 000,0	1 104 000,0
1873	1 287 500,0	1 020 000,0	1 372 000,0
1874	1 345 000,0	1 260 000,0	1 662 000,0
1875	1 000 000,0	1 346 667,0	1 643 000,0
1876	1 000 000,0	1 388 889,0	1 257 000,0
1877	1 033 333,0	1 421 053,0	1 194 000,0
1878	940 000,0	1 464 286,0	1 406 000,0
1879	975 000,0	1 460 000,0	1 473 000,0
1880	875 000,0	1 511 111,0	1 533 000,0
1881	900 000,0	1 612 500,0	1 700 000,0
1882	750 000,0	1 388 889,0	1 341 000,0
1883	600 000,0	1 110 000,0	724 000,0
1884	600 000,0	987 500,0	800 000,0
1885	...	740 000,0	716 000,0
1886	...	880 000,0	648 000,0
1887	...	880 000,0	256 000,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Museu do Ouro de Sabará.

MELLO, P. C. Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Eco: cafeeira do Rio de Janeiro. 1850-1888.

Revista Brasileira de Economia, v. 32, n. 1, p. 43-67, 1978.

NOTA: Para Porto Alegre e Sabará, médias móveis trienais.

Tabela 3

Quantidades de homens e mulheres escravos segundo as origens declaradas nos inventários da Comarca de Nossa Senhora da Conceição de Sabará — 1800-87

PERÍODOS	HOMENS	MULHERES	AFRICANOS	AFRICANAS
1800-10	116	85	59	24
1811-20	221	126	104	27
1821-30	330	233	140	47
1831-40	439	254	199	61
1841-50	342	230	113	18
1851-72	608	432	154	34
1873-87	322	286	27	11
1800-87	2 378	1 646	796	222

PERÍODOS	BRASILEIROS	BRASILEIRAS	NÃO IDENTIFICADOS	NÃO IDENTIFICADAS
1800-10	57	60	0	1
1811-20	116	99	1	0
1821-30	184	182	6	4
1831-40	235	183	5	10
1841-50	215	198	14	14
1851-72	410	370	44	28
1873-87	262	238	33	37
1800-87	1 479	1 330	103	94

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Museu do Ouro de Sabará.

Bibliografia

- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTRO, A. B. As mãos e os pés do senhor de engenho — dinâmica do escravismo colonial. In: PINHEIRO, P. S. (org.). **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CONRAD, R. **The destruction of brazilian slavery 1850-1888**. Los Angeles: University of California, 1972.
- FLORENTINO, M. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FOGEL, R. W.; ENGERMAN, S. L. **Time on the cross**: the economics of american negro slavery. London: Wildwood House, 1974.
- FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: UnB, 1962.
- GENOVESE, E. D. **The world the slaveholders made**. Middletown: Wesleyan University, 1988.
- HECKSCHER, E. F. **La época mercantilista**: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de Edad Media hasta la Sociedad Liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro, 1987.
- LIBBY, D. C. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil**: o caso de Morro Velho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- LOPES, L. C. **Brasília**: o enigma da esfinge, a construção e os bastidores do poder. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- MARIUTTI, E. B.; NOGUERÓL, L. P. F.; DANIELI NETO, M. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 31, n. 2, 2001.
- MARTINS, R. B. **Growing in silence**: the slavery economy of nineteenth-Century Minas Gerais. Tese (Doutoramento) — Vanderbilt University, Nashville, 1980.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**: contribuição à crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

MELLO, P. C. Aspectos econômicos da Organização do Trabalho da Eco: cafeeira do Rio de Janeiro. 1850-1888. **Revista Brasileira de Economia**, v. 32, n. 1, p. 43-67, 1978.

PAIVA, Clotilde A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese (Doutoramento) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SALLES, G. V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.